



O Jornal diário dos
Ancepianos
9 de novembro - 12horas

SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DE RISCOS REÚNE MAIS DE UMA CENTENA DE PROFISSIONAIS EM BH E RIO



A apresentação ontem em Belo Horizonte (foto) do seminário **Gestão de Riscos Estratégicos e Operacionais** foi aberto pelo Presidente da Fundação Libertas (anfitriã do evento promovido pela ANCEP, em parceria com a Mirador), Edevaldo Fernandes da Silva, que destacou a satisfação de sua entidade em receber a todos e sublinhou a importância de a previdência complementar fechada contar com quadros profissionais cada vez mais qualificados. Já o chefe do Escritório da Previc na capital mineira, José Ricardo Ferreira Fernandes, ressaltou a contribuição do órgão supervisor na evolução do sistema.

Hoje (9) o evento está sendo realizado no Rio de Janeiro, também com a presença da Previc, através de seu Coordenador Geral de Inteligência e Gestão de Riscos, Lúcio Capelletto. Um detalhe: dos eventos nas duas capitais participam mais de uma centena de profissionais, uma quantidade de público que realça o poder de atração da programação oferecida pela ANCEP.

Eventos da série sobre gestão de riscos, agora encerrada, foram importantes porque, em um Mundo e mercados cada vez mais complexos e, mais ainda, em um momento da história econômica do País que obriga os investidores a arrisquem-se mais para alcançar o retorno desejável, ser capaz de fazer uma análise integrada e abrangente dos riscos ao investir é obrigação da qual nenhum gestor de recursos de terceiros pode fugir, daí a procura por uma orientação segura que esse tipo de evento oferece. E sem esquecer que o seminário foi também uma oportunidade de o profissional garantir 8 pontos no programa de educação continuada do ICSS e 6,5 no do CFC.

A presença no seminário de dirigentes e profissionais das Entidades foi algo claramente da maior importância, considerando que poucos temas poderiam ser mais oportunos do que esse. Afinal, está cada vez mais difícil extrair do mercado, sem se correr alguns riscos, os rendimentos minimamente almejados pelos participantes e as metas atuariais definidas. O evento que a ANCEP realiza em parceria com a Mirador Atuarial trouxe exatamente as respostas para as perguntas que tanto incomodam.

Previc disponibiliza audiência pública sobre seleção e monitoramento de carteiras

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) disponibilizou Consulta Pública nº 4 referente a procedimentos para seleção e monitoramento de administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimento, com o objetivo de regulamentar o Inciso V do art. 4º e o art. 11 da Resolução CMN nº 4.661/18.

A minuta define requisitos mínimos para seleção e monitoramento de administração de carteiras de valores e de fundos de investimento e estabelece critérios adicionais para a seleção de Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII).

A proposta também regulamenta aspectos relacionados ao aporte de 3% (três por cento) do capital subscrito do FIP e ao requerimento prévio de administração de recursos (US\$ 5bi) e de experiência (cinco anos) para o gestor do fundo no exterior, de que tratam respectivamente o §2º do art. 23 e o Inciso II do §1º do art. 26 da Resolução CMN nº 4.661/18.

O interessado deve encaminhar e-mail para previc.gcoi@previc.gov.br, com o título: "Consulta Pública nº 4/2018", por meio de documento anexo em formato ".xls" ou ".xlsx" conforme modelo, incluindo redação proposta para o artigo (parágrafo, inciso, alínea, item ou anexo) e justificativa correspondente para a proposta. O prazo para envio de sugestões se encerra em 25/11/2018.

E o assunto já é notícia no **VALOR ECONÔMICO**: A Previc pretende alinhar suas regras de seleção de gestores de carteira e de fundos de investimento às da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e lança hoje audiência pública sobre o assunto. Será a primeira vez que os fundos de pensão terão que atender regras específicas relacionadas a esses prestadores de serviços, em uma resposta do regulador a escândalos do passado. Uma atuação mais diligente, que determina requisitos para a seleção e monitoramento dos gestores, já estava prevista na divulgação da resolução 4.661, do Conselho Monetário Nacional (CMN), editada em maio deste ano. Agora, a Previc detalha como deverá ser essa atuação por uma demanda do próprio CMN.

"A norma visa estruturar regras, critérios e o escopo da política de seleção de administradores de carteiras. Também determina a postura e requisitos que devem ser observados pelas entidades no monitoramento e na escolha dos prestadores de serviços de gestão, como a atenção para a análise do histórico e se faz adesão ao código de autorregulação", diz o superintendente. A Previc quer que o fundo de pensão assegure que o administrador de carteira tenha "ilibada reputação e integridade" e que será necessária análise da qualificação técnica e a experiência dos profissionais. O regulador também pretende determinar, entre outros quesitos, que a fundação estabeleça critérios relacionados à política de divulgação de informações sobre investimentos e performance do gestor. A Previc pretende passar a exigir que o trabalho do gestor seja monitorado pela fundação, utilizando metodologia com critérios quantitativos e qualitativos.

Apesar de não haver uma norma específica determinada pelo regulador, algumas fundações já possuem seus próprios critérios. Foi assim, por exemplo, na Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a partir da gestão de Walter Mendes, que deixou a fundação em setembro e oficializou a seleção de forma criteriosa. O agora presidente Daniel Lima disse recentemente ao Valor que a fundação preparava a metodologia de seleção de gestores para investimentos no exterior, em uma nova etapa desse mesmo esforço.

Parente diz que recuperação da BRF será gradual

"Nunca prometi prazo para virar o jogo". A franqueza de Pedro Parente pode até decepcionar investidores que, pouco meses atrás, se entusiasmaram com a indicação do executivo para a presidência do conselho de administração da BRF. Ontem, dia em que a companhia divulgou o resultado do terceiro trimestre - com prejuízo de mais de R\$ 800 milhões -, as ações da BRF recuaram 5,6%, para R\$ 21 na B3. Foi a terceira maior queda do Ibovespa, registra o **VALOR ECONÔMICO**, sem fazer referência ao fato de que Petros e Previ detém 22% da empresa.

De acordo com Parente, a recuperação da BRF demanda tempo. A sinalização é que a rentabilidade da companhia só retomará os níveis históricos em 2020. Tentar abreviar isso seria um equívoco. Para o executivo, não se pode perder de vista que a empresa tem uma cadeia produtiva bastante longa. O ajuste na produção de frango demora alguns meses. Em suínos, são anos, afirmam especialistas do setor.

Um segundo jornal, o **DCI**, diz que a BRF também acha possível aumentar a margem elevando os preços e que haverá da mesma forma espaço para crescimento das vendas nas festas natalinas.

Mubadala oferece à Invepar adiar por 90 dias o pagamento das debêntures

A Invepar recebeu uma proposta do fundo árabe Mubadala para postergar por 90 dias o prazo de pagamento relativo à 3ª e 4ª emissões de debêntures. Segundo a Invepar, a proposta foi aprovada por seu conselho de administração. Na quarta-feira, o **VALOR ECONÔMICO** já havia adiantado que, depois de suspender a emissão de bônus no exterior, a Invepar estudava algumas alternativas para renegociar a dívida de R\$ 1,2 bilhão com o Mubadala.

O jornal não faz referência no texto aos fundos de pensão que controlam a empresa.